

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 19 • 2019

Apresentação

No seguimento da concretização, na Universidade de Coimbra, de uma iniciativa pública de debate sobre as políticas culturais adotadas, no Brasil, desde a reintrodução de um regime democrático, decidiu a revista *Estudos do Século XX*, publicação periódica do CEIS20/UC, divulgar textos de cariz ensaístico acerca da problemática em apreço, quer no Brasil e na América Latina em geral, quer em Portugal e em outros países europeus. O testemunho inicial é da autoria de João Luiz Silva Ferreira, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura entre 2003 e 2008 (com Gilberto Gil), Ministro da Cultura nos anos de 2008 a 2010 e de 2015 a 2016, respectivamente durante as Presidências de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Diferentemente de Secções como “*Dossier* temático” e “Diálogos Multidisciplinares”, “*Reensões críticas*” e “*Entrevista*”, destinadas a divulgar textos de natureza científica e/ou tecnológica, a Secção “*Ensaio*” integra textos vocacionados para a explicitação e a fundamentação ou para a apreciação crítica de determinadas concepções, propostas e práticas. Procurar-se-á escolher abordagens estruturadas e intelectualmente sérias de problemáticas socialmente relevantes. Dar-se-á preferência a leituras da realidade que se fundem nos debates atualmente em curso nos âmbitos das humanidades, das artes, das ciências sociais e das tecnologias delas derivadas.

Intitulado “Políticas culturais para um Estado democrático”, o presente texto de João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira) visa quer caracterizar as políticas culturais assumidas e concretizadas nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff como Presidentes da República do Brasil, quer defender a governação protagonizada, nas escalas federal, estadual e municipal, por eleitos do Partido dos Trabalhadores e de outras forças políticas coligadas com o PT. Como não poderia deixar de acontecer, são diferentes os níveis de coerência e de objectivação do discurso consoante se trata de estratos mais descritivos e interpretativos ou mais valorativos e de mobilização político-ideológica.

No testemunho de Juca Ferreira é possível identificar referências a alguns dos principais eixos de convergência e de dissonância no que concerne à estruturação e à apreciação de políticas culturais adoptadas hoje em países — desenvolvidos, de desenvolvimento intermédio, emergentes ou subdesenvolvidos — com regimes democráticos ou demoliberais abertos. Em particular, o uso explícito do conceito de “hegemonia” no contexto da definição de políticas culturais torna manifesto o quanto a cultura consiste hoje, no âmbito político brasileiro (e genericamente latino-americano), num plano fundamental do combate político e da definição das posições fundamentais. Neste plano, não é apenas a cultura que “está diretamente ligada à política, culturalizando-a”, como afirma o texto; é também a política que politiza a cultura e que encontra nela um instrumento decisivo do combate político.

A argumentação de Juca Ferreira é, ainda, muito rica na enumeração das estratégias usadas pelo Ministério da Cultura nos Governos constituídos sob a presidência do Partido dos Trabalhadores. Torna-se explícita a tentativa de encontrar nas políticas culturais um recurso fundamental para combater aquilo a que chama um “projeto neoliberal”, caracterizado pelo empobrecimento da diversidade cultural, pelo descomprometimento com a democratização do acesso a diversos padrões culturais e pela reprodução de desigualdades sociais enraizadas.

Quanto às problemáticas mais ou menos explicitamente consideradas, salientamos, nomeadamente, as funções sociais a desempenhar pela produção cultural (entretenimento, reprodução do *status quo*, apreciação e intervenção críticas, transformação radical); as

relações entre cultura erudita, culturas populares e cultura de massas; os correlacionamentos entre culturas locais/regionais, culturas nacionais e cultura global; o equilíbrio entre salvaguarda/reinterpretação da produção cultural passada e produção cultural actual; os papéis a desempenhar pelas organizações internacionais e pelos Estados, pelas organizações das “sociedades civis” e pelos agentes culturais; as desigualdades no acesso à produção, à divulgação e ao consumo culturais tendo em conta condicionalismos como os recursos socioeconómicos, o género e a orientação sexual, as origens étnicas e as opções religiosas, as zonas — urbanas, suburbanas ou rurais — de residência; os montantes e as implicações do financiamento público e privado.

Enquanto nação lusófona de escala continental, o Brasil enfrenta problemas políticos complexos e apresenta potencialidades que se cruzam de várias maneiras. No que concerne aos problemas, destacamos a imaturidade e a fragmentação do sistema partidário; a judicialização da política e a politização da justiça; a pobreza e a debilidade das instituições sociais; a necessidade de defender os interesses das populações indígenas e a difícil compatibilidade entre desenvolvimento económico e preservação ambiental; o integrismo religioso, a emergência do fanatismo e a intolerância crescente; a relação conflitual com diferentes memórias da Ditadura Militar (1964-1985) e a articulação das mesmas com o papel do Brasil tanto no espaço geopolítico latino-americano como face ao poderio norte-americano.

Relativamente às potencialidades, realce para a estruturação do Brasil como país cosmopolita de matriz lusófona, onde a língua portuguesa funcionou como vector de articulação de migrantes de todos os pontos do globo; para a ampliação da capacidade de produção cultural própria e de diálogo com outros espaços culturais (nacionais e internacionais). Deve-se, assim, dedicar a este texto particular atenção. O ensaio de Juca Ferreira associa o testemunho de um responsável direto da política cultural brasileira no seu passado recente a uma reflexão madura e detalhada sobre essas mesmas políticas, explicitando os paradigmas epistemológicos e mesmo ideológicos que lhe estiveram subjacentes.

Vivendo-se hoje, no Brasil como em muitos outros países, uma conjuntura de crise, por um lado, da democracia; por outro, das políticas culturais geradoras de diálogo e de inclusão, talvez se justifique, ainda, abordar este texto de Juca Ferreira a partir de uma grelha de análise que considere, por exemplo, as potencialidades e as limitações dos paradigmas epistemológicos moderno, pós-moderno e neo-moderno; dos cientismos e dos irracionalismos; dos integrismos religiosos e dos darwinismos sociais; da maior ou da menor autonomização da filosofia e da teologia, das artes, da ciência e da tecnologia face à ideologia e ao senso comum.

Coimbra, Setembro de 2018

João Paulo Avelãs Nunes
Alexandre Franco de Sá
Maria da Conceição Lopes